

Como enfrentar a Gestão Municipal no Pará entre 2021 e 2024 – Uma primeira aproximação aos desafios na Metropolitana de Belém

Thomas A. Mitschein

I

O efeito estufa e a acelerada erosão da biodiversidade representam duas ameaças que afetam a humanidade toda.

Na Amazônia estão intimamente interligadas, uma vez que a derrubada e a queima das florestas aumentam a concentração dos gases carbônicos na atmosfera e destroem a extraordinária diversidade da flora e fauna amazônicas. Põem em xeque, também, o funcionamento da floresta como uma espécie de bomba natural que coloca diariamente 20 bilhões de toneladas de água na atmosfera, garantindo, assim, as chuvas numa região que vai de Cuiabá até Buenos Aires e de São Paulo até os Andes e, por sua vez, responde por aproximadamente 70% do PIB da América do Sul. Além disso, se levarmos em conta que já estamos próximos de um ponto de não retorno da savanização de uma grande parte da floresta amazônica, corremos o risco de que os notáveis avanços das frentes de expansão da *fronteira* estejam liberando inúmeros micro-organismos, presentes em espécies de morcegos do bioma amazônico, causando, no dizer do renomado cientista Carlos Nobre, “uma massiva epidemia.” Face ao exposto, torna-se claro que a reversão do cenário da destruição socioambiental na Hileia amazônica se apresenta especialmente para os habitantes da região como uma questão de vida e morte.

II

Diante da profunda crise que caracterizam as receitas da universalização da civilização ocidental, um crescente número de cientistas sociais tem dedicado nas últimas décadas uma atenção maior à esfera regional como esfera de desenvolvimento. No âmbito do debate sobre esta problemática se destaca o paradigma do ecodesenvolvimento. Este, ao definir o aproveitamento não-predatório dos recursos naturais de cada ecorregião como desafio planetário, aborda a revisão dos vigentes estilos de vida no hemisfério Norte e a superação definitiva da maldição do desenvolvimentismo mimético no hemisfério Sul como duas faces da mesma medalha. Para o *continente amazônico* sugere a implementação de uma civilização original da biomassa, capaz de matar dois coelhos

com uma cajadada só: Ao priorizar o uso múltiplo da biomassa terrestre e aquática como alimento humano, rações para animais, adubos, bioenergias, fármacos, fibras, plásticos e produtos do amplo elenco da química verde acaba incentivando a criação de *forward e backward linkages* entre as áreas rurais e as cidades, proporcionando, assim, a tão cobiçada multiplicação de efeitos de ocupação, emprego e renda. E pelo fato de entender os ecossistemas ainda intactos como um renovável tesouro de insumos naturais para as mais diversas áreas da reprodução humana está justificando de uma maneira didaticamente clara a imperiosidade de sua proteção. De qualquer maneira, trata-se de um referencial de ação que, pelo estabelecimento de uma relação sinérgica entre as áreas degradadas/desmatadas e os ecossistemas primários, permite construir uma aliança de primeira linha com os indígenas, descendentes dos primeiros habitantes da região que, em sua grande maioria, ainda são os guardiões da floresta, uma vez que, conforme estudos científicos, em seus territórios o desmatamento e a ocorrência de incêndios são muito menores do que nas áreas fora do seu perímetro.

III

Tendo sido o palco espaço estratégico da assim chamada valorização da região durante o ciclo dos governos militares, o Pará se apresenta atualmente com uma característica bastante peculiar. Contribui para o PIB nacional com modestos 2, 1%, mas *joga* na área do comércio exterior *como time grande*, ocupando entre os estados exportadores do Brasil um lugar de destaque.

Ganha, portanto, *hard cash* para o país inteiro; porém, nesta condição, está sendo prejudicado pela Lei Kandir que, desde setembro de 1996, isenta do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), destinados aos mercados externos. No caso paraense, a pauta destes mesmos produtos é dominada pela mineração, pela indústria madeireira e pela pecuária que conjuntamente representam hoje as *locomotivas* da economia do Estado, mas, ao mesmo tempo, revelam baixos níveis de agregação de valor, gerando, portanto, tênues efeitos de ocupação e emprego e renda. E já que os setores mineral e madeireiro estão alocando os seus investimentos conforme a ocorrência geográfica das matérias primas que são do seu interesse, estão potencializando de forma dramática a polarização socioeconômica no âmbito do Estado.

Uma polarização, aliás, que se manifesta por meio da concentração da produção de crescentes parcelas do PIB estadual num número decrescente de suas unidades municipais, consolidando uma *urbanização selvagem* que

--- segrega, porque nega à esmagadora maioria da população o *direito à cidade* como direito das classes populares de compartilhar as riquezas materiais e culturais de uma sociedade urbana,

--- uniformiza, porque sujeita especialmente a população jovem às mensagens de uma cultura global comercializada e

--- tem se tornado a principal fonte do aumento dos índices de criminalidade e de violência até nos Municípios de menor porte.

Contudo, mesmo considerando que esta tendência ganhou uma virulência maior a partir da implantação dos grandes projetos no setor mineral, na indústria madeireira ou na área agropecuária, ela veio à tona já durante os anos 60 na Capital paraense. Naquele momento, Belém começava a se tornar um mero receptáculo dos efeitos nocivos de uma política de modernização que acabou minando o *status quo ante* no Pará: Deixou de viabilizar as promessas da modernidade, antecipando, assim, com a informalização do mercado de trabalho, a favelização do espaço urbano e a omissão do Estado local diante das vigentes mazelas sociais e ambientais três fatores que, do ponto de vista de sua dinâmica, estão intimamente interligados e, caracterizam, hoje, o crescimento dos assentamentos humanos em todo o Estado.

Por outro lado, é preciso reconhecer que tem aumentado na Metropolitana de Belém o número de instituições técnico-científicas que, ligadas à esfera pública como a Universidade Federal do Pará (UFPA), a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e a Universidade do Estado do Pará (UEPA) ou oriundas do setor privado como o Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA) ou a Universidade da Amazônia (UNAMA) – estão envolvidas das mais diversas formas na discussão sobre o futuro da maior floresta tropical do planeta a partir do uso sustentável dos seus recursos naturais.

Neste contexto, vale mencionar o *Parque de Ciência e Tecnologia (PCT) Guamá* que, instalado no Campus da Universidade Federal do Pará, se dedica ao desenvolvimento de soluções tecnológicas e à promoção da inovação, direcionada ao

aumento da produtividade e da competitividade do Pará nas áreas de Biotecnologia, Tecnologia da Informação e Comunicação, Energia, Monitoramento Ambiental e Tecnologia Mineral. O PCT envolve iniciativas como: o Centro Agroalimentar de Compostos Bioativos da Amazônia, Instituto Tecnológico Vale de Desenvolvimento Sustentável, Laboratório de Qualidade do Leite da Região Norte do Brasil, Laboratório de Engenharia Biológica, Laboratório de Sensores e Sistemas Embarcados, Laboratório de Referência em Fitossanidade e Manejo, Laboratório de Óleos Vegetais e Derivados, Laboratório de Instrumentação para Produtos Agroindustriais.

Oferecendo terrenos de 2.500 a 10.000 m² para a implantação de *médios e grandes empreendimentos de base tecnológica e centros empresariais ou de PD*¹ ele segue a concepção dos assim chamados *clusters* que, ao defenderem a fórmula do "cooperar para competir", procuram se afirmar nos mercados (inter)nacionais através da criação de um ambiente de inovação e de aprendizagem mútua em certos elos de ligação de uma determinada cadeia produtiva.

Abre-se mão de discutir, aqui e agora, as chances reais do PCT se tornar uma espécie de *Silicon Valley* em plena selva amazônica. Mas mesmo se tivesse condições para se afirmar nesta linha de ação, gerando resultados de excelência no âmbito da pesquisa técnico-científica que se transformassem em boas ideias comerciais e, ainda, recebessem o *backup* de protagonistas do setor financeiro, possíveis êxitos neste campo, como revelam inúmeros exemplos mesmo nos países centrais do capitalismo ocidental, não são garantia para multiplicar efeitos de emprego, ocupação e renda justamente para aqueles setores sociais que vivem fora da geração de riqueza baseada no conhecimento. E isto – como é óbvio - vale especialmente para o espaço urbano da MDB, onde, como demonstrado anteriormente, o déficit educacional se destaca por dimensões estrondosas.

Diante desta realidade, os atores políticos e sociais de Belém e dos seus municípios vizinhos que procuram uma alternativa ao atual estágio de deterioração civilizatória do maior polo urbano do Pará, estariam bem aconselhados se abrissem seus olhos para o já mencionado referencial do (eco)desenvolvimento. E por mais que seja indispensável reconhecer a distância oceânica que separa os principais *stakeholders* da política nacional de uma proposta desta natureza, isto não significa que governos

¹ Todas as informações sobre o PCT têm como fonte: www.pctguama.org.br.

municipais ou estaduais precisam andar simplesmente à reboque das forças externas. Esta condição não inviabiliza de antemão as unidades de gestão local como polos de disputas públicas sobre a escolha de políticas econômicas que se adequem às especificidades das ecorregiões amazônicas. Finalmente, os Municípios, em sua qualidade de instancias autônomas na organização político-administrativa do Brasil, representam uma esfera virtualmente privilegiada para a elaboração e a implementação de iniciativas inovadoras nos campos social e ambiental. Iniciativas, aliás, para as quais a narrativa sobre a criação de uma civilização original da biomassa se apresenta como um denominador comum para o amplo e diverso elenco de territórios de uma Bacia Amazônica, dentro da qual Belém se destaca pela seguinte contradição: compartilha, sem dúvida, todos os efeitos negativos das aglomerações urbanas desta assim chamada *vila global*. Mas, ao mesmo tempo, se destaca, no âmbito do *arquipélago* da economia paraense, por duas vantagens comparativas que são de suma relevância: dispõe com os seus aproximadamente 2 milhões de habitantes de um mercado interno considerável e, ainda, concentra o maior número de entidades técnico-científicas por km². Ambas merecem ser aproveitadas de forma sistemática e inteligente através da formulação de políticas que apostem nas vocações amazônicas do Pará e de sua capital² a partir da criação de parcerias operativas entre instâncias públicas, entidades de uma sociedade civil em processo de formação e o setor privado.

² No caso do Pará, mencionamos, a título de exemplo, as seguintes vocações (re)produtivas:

- A cadeia dos recursos pesqueiros, envolvendo atividades de processamento como a filetagem, a produção de ração a partir dos resíduos e a transformação da pele do peixe em couro, um produto que associa um alto índice de valor agregado com investimentos de baixo custo para sua confecção final;
- Projetos agrosilvipastoris que podem contribuir para a diversificação da indústria de derivados de leite e de carne no âmbito estadual;
- Uma fruticultura que aposte em sabores tropicais como Mangaba (*Hancornia speciosa*), Bacuri (*Plantonina insignis* Mart.), Cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*) ou Açaí (*Euterpe oleracea*);
- Um setor moveleiro que esteja disposto de desenvolver um design amazônico, centrado na bio- e sociodiversidade regionais;
- O aproveitamento das sementes das oleaginosas para a indústria cosmética e fitoterápica;
- Iniciativas de *avoided deforestation*, relacionadas com os ainda incipientes mercados de carbono;
- O amplo campo da segurança alimentar, ligado especialmente à agricultura familiar;
- Um turismo diferenciado que parte das particularidades ecológicas e histórico-culturais de cada território e
- Um setor de serviços que precisa interconectar e, conseqüentemente, fortalecer uma miríade de empreendimentos locais/regionais, dedicados ao aproveitamento múltiplo da biomassa terrestre e aquática nos moldes mencionados.

IV

Face ao exposto, sugere-se para a futura gestão municipal de Belém a transformação de cinco medidas emergências em políticas públicas sustentáveis:

(1) Segurança alimentar, saúde familiar, moradia e empoderamento das mulheres na periferia urbana

Num centro urbano como Belém, onde, no ano de 2010 a renda mensal de aproximadamente 40 da População Ocupada (POC) não ultrapassa o teto de 1 SM, fatores como a subnutrição bem como a vivência em ambientes físicos altamente deficientes e o acesso precário à serviços sociais fundamentais (saúde, educação etc.) fazem parte do cotidiano de uma parcela considerável da população que, por sua vez, enfrenta o risco de se tornar vítima da Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (SIDA). Esta precariedade castiga especialmente as mulheres que, além de responsáveis pelos serviços reprodutivos em casa, estão assumindo, devido a altos índices de separação dos seus parceiros, cada vez mais o papel de principal arrimo financeiro da família. Sujeitas tanto na família como na sociedade de um modo geral à um sistema de poder que obstaculiza o seu pleno desenvolvimento físico e intelectual, as mulheres de baixa renda sofrem uma condição de violência que merece ser qualificada de estrutural (Galtung 1972/1990) e da qual, em sua esmagadora maioria, não se libertarão individualmente. Neste sentido, o gênero feminino do *planeta favela* (Mike Davies) está literalmente condenado a procurar saídas coletivas do seu calvário através da experimentação de formas de organização própria que, num primeiro momento, devem girar em torno de necessidades imediatas como segurança alimentar, cuidados básicas de saúde e melhorias palpáveis do seu ambiente físico.

Propõe-se a criação de cooperativas de consumo a serem apoiadas em termos técnicos e financeiros pela Prefeitura de Belém e pela Universidade Federal do Pará. Insiste-se de priorizar inicialmente aqueles oito subúrbios (Cabanagem, Benguí, Guamá, Tapanã, Jurunas, Outeiro, Icoaraci e Sacramento) que, no período de 2013 ate 2016 acumularam 70% das

ocorrências de homicídios na capital paraense e se destacam por baixíssimos níveis de renda familiar bem como uma precária infraestrutura social.

(2) Investindo numa merenda escolar de cardápio amazônico

Através do **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)** o governo federal repassa para estados, municípios e escolas federais valores financeiros de caráter complementar para a cobertura de 200 dias letivos, tendo como base de cálculo o número dos alunos matriculados nas diferentes redes de ensino.

Em Belém, conforme Relatório do TCM, quase 60% das/dos aluna(o)s não consomem a merenda oferecida ou a aproveitam no máximo duas vezes por semana. Esta rejeição, de acordo com o mencionado relatório, está diretamente a problemas de gestão como o número reduzido de manipuladores de alimentos nas próprias escolas, a precária capacitação dos mesmos manipuladores, a inadequada manutenção das cozinhas escolares, a falta de programas de higiene e de controle de pragas nas salas de manipulação da merenda escolar.

Por outro lado, é preciso realçar que, numa época em que os famosos *chefs* do Brasil inteiro estão descobrindo e apreciando as delícias da cozinha paraense em sua qualidade de cozinha original, a Fundação Municipal de Alimentação Escolar (FMAE) deveria orientar as/os seus nutricionistas de desenvolver cardápios de cunho amazônico, criando, assim, a base para viabilizar uma regra normativa do próprio PNAE que aconselha de aproveitar pelo menos 30% dos valores repassados para a aquisição direta de produtos da agricultura familiar. Não pode haver dúvida de que uma iniciativa desta natureza fortaleceria as atividades deste segmento do setor primário na própria MDB bem como em Municípios próximos de territórios vizinhos. Contudo, uma política desta natureza pressupõe uma interação estreita entre as secretarias de educação, economia e meio ambiente dos Municípios envolvidos com o intuito de preparar um diálogo permanente entre alunos, pais, mestres, nutricionistas, merendeiras e produtores locais de alimentos em benefício de uma merenda escolar que esteja determinada para garantir uma alimentação saudável para as/os aluna(o)s das redes públicas de ensino e repassar passo a passo para as entidades da agricultura familiar a responsabilidade de abastecer as escolas com os seus produtos.

(3) Fortalecendo as entidades associativistas das/dos catadoras/es no âmbito da cadeia produtiva do reaproveitamento de resíduos sólidos

Atualmente, as/os catadoras/es de Belém e da MDB como um todo se apresentam como (neo)extrativistas dos ecossistemas urbanos na floresta amazônica. Aliás, por razões bastante convincentes:

1. Considerando que, via de regra, não frequentam cursos de capacitação técnica, o conhecimento e as habilidades aplicados no âmbito de suas atividades de seu sustento próprio são adquiridos empiricamente;
2. Referências de conduta social, baseados no princípio da ajuda mútua e da solidariedade, são insumos indispensáveis para a organização do processo de trabalho;
3. A matéria prima usada, por mais que tenha um considerável potencial de aproveitamento industrial, não está sendo disputada por outros atores da sociedade;
4. Além da disposição sobre sua mão de obra, não têm nenhum direito legal em relação ao processo produtivo,
5. O objetivo principal de suas atividades é a satisfação das necessidades reprodutivas da família.

Diante disso, cabe destacar que estes (neo)extrativistas urbanos como suas/seus irmãos/irmãos nas zonas rurais da floresta amazônica, precisam se organizar coletivamente em torno do aprimoramento de sua capacitação técnico-profissional no campo do associativismo empreendedor que envolve necessariamente projetos de agregação de valor às matérias primas coletadas e da escolha de representantes na esfera pública que defendem o princípio da sustentabilidade.

Contudo, é preciso levar em conta que as/os catadora(e)s, em sua esmagadora maioria, iniciaram as suas atividades a partir de uma condição de altíssima vulnerabilidade social e têm pouca familiaridade com o horizonte de uma economia solidária (Paulo Singer) que, ancorada em princípios como autogestão e transparência, deve nortear também as suas práticas associativistas.

Isto posto, propomos uma cooperação entre a Prefeitura e a UFPA, visando o fortalecimento das entidades associativista das/dos catadoras/es no âmbito da cadeia

produtiva de reciclagem através da indispensável ampliação das práticas de coleta seletiva.

(4) Gerando ocupação, emprego e renda através da (re)arborização da cidade como insumo indispensável para tornar Belém uma metrópole amazônica de carbono zero,

Nas últimas décadas, a crescente demanda por opções de moradia nos bairros centrais de Belém levou à uma crescente verticalização do espaço físico-habitacional, dando a sua contribuição para a transformação do maior polo urbano do Pará numa *ilha de calor*, caracterizada por um enorme desconforto térmico que afeta a população toda. De qualquer maneira, a multiplicação de prédios altos no núcleo central da capital, por sua vez acompanhada pela favelização de suas áreas periféricas, suprimiram, de forma drástica, a sua cobertura vegetal, colocando em xeque os serviços ecossistêmicos (regulação do (micro)-clima, absorção de radiação solar, armazenamento de CO₂, sombreamento, melhoria da qualidade do ar, filtro de poeira etc.), proporcionados por esta mesma cobertura. Enfim, gerou um conjunto de tendências altamente nocivas para a qualidade de vida da população, cuja reversão exige a ampliação e a conservação de áreas verdes variadas através da viabilização de uma arborização urbana que visa a recuperação da vegetação densa que a MDB perdeu no período de 1984 até 2015 bem como o enriquecimento da vegetação secundária e rasteira com o plantio de espécies de origem regional. Uma política desta natureza pressupõe a produção de mudas em grande escala bem como o engajamento sistemático da população local, envolvendo o treinamento e a contratação de uma força de trabalho que tem que cuidar da cobertura vegetal ainda existente e replantada. Deve incluir, também, o fomento de uma agricultura urbana que, especialmente na região das ilhas abre a oportunidade de experimentar o cultivo de sistemas agroflorestais. De qualquer modo, o que esta política de rearborização da cidade precisa transmitir com nitidez é o firme objetivo de compensar progressivamente a emissão do dióxido de carbono (CO₂), o vilão do aquecimento global que, na MDB, está sendo gerado primordialmente pelos veículos automotores. Desta maneira, daria um passo essencial para transformar o maior polo urbano do Pará numa **Metrópole amazônica com emissão zero de carbono**.

(5) Construindo um denso e operativo mutirão no campo da educação pública em torno do uso das potencialidades endógenas de desenvolvimento das ecorregiões amazônicas

No âmbito do ensino fundamental e médio, avaliado pelo domínio da leitura, da escrita e da matemática, o Pará e a Região Norte toda revelam um quadro de deficiências literalmente dramático. (ver publicações do Movimento Educação para Todos) Diante desta realidade, não surpreende que a precariedade da educação pública acabou se tornando objeto de crescentes preocupações de entidades patronais como a Federação das Indústrias do Estado do Pará – FIEPA (2012). Esta, em suas diretrizes e recomendações para a formação da força de trabalho na sociedade paraense, chama a atenção sobre a necessidade imperiosa das instituições de educação pública no Estado proporcionarem melhorias de uma educação básica que deve focalizar “o aprendizado e o grau de especialização da mão de obra local” (ibid.) especialmente nas regiões que hospedam os grandes projetos (mineração, indústria madeireira, agropecuária). Contudo, por mais que esta preocupação proceda, num Estado socioeconomicamente tão heterogêneo como o Pará o indispensável processo de renovação do sistema educacional tem que ir além das demandas específicas dos projetos de grande porte Na realidade, precisa construir um operativo e denso mutirão no campo da educação pública, determinado para

--- transformar as escolas de ensino fundamental e médio em **agências de (eco)desenvolvimento** que, no âmbito de disciplinas como história, geografia, biologia, química ou sociologia, devem inserir na grade curricular as modalidades da ocupação histórica e contemporânea da região bem como modos sustentáveis de uso dos ecossistemas tropicais;

--- operacionalizar ligações sólidas entre as escolas de ensino médio e cursos técnicos e tecnológicos para incentivar a formação de profissionais a partir das potencialidades endógenas de desenvolvimento de cada ecorregião e

--- consolidar e ampliar as capacidades de trabalho das universidades regionais em torno da “valorização do trinômio biodiversidade-biomassa-biotecnologia” (Sachs 2016, p. 396)

Enfim, o que tem ser viabilizado é uma renovação do sistema educacional em torno do aproveitamento das potencialidades endógenas de desenvolvimento dos múltiplos espaços locais e microrregionais. Nesta empreitada, não pode-se abrir mão da *Pedagogia do Oprimido* de Paulo Freire que, ao insistir numa alfabetização que è “simultaneamente uma leitura do mundo e uma leitura do texto”(Freire 2001, p.211), criar às/aos aluna(o)s condições entender que o atual cenário da destruição socioambiental na região amazônica está intimamente ligado às modalidades de sua inserção num sistema político-econômico (inter)nacional, cuja lógica reprodutiva nega à esmagadora maioria dos habitantes da região uma base de sustento minimamente civilizatória em áreas tão essenciais como educação, saúde, saneamento, moradia, segurança alimentar e renda familiar e, ainda, acelera a devastação da maior floresta tropical continua do mundo. Ou seja, trata-se de uma alfabetização que, centrada na vocação humana que “é a de saber do mundo através da necessidade e do gosto de mudar o mundo” (ibid., p. 213), se apresenta como conditio *sine qua non* para os jovens poderem desenvolver os meios simbólicos para rejeitar o mundo que lhes está sendo imposto pelas regras do sistema vigente.

Referência Bibliográfica

MIKE D. **Planet of Slums**. London: Verso, 2006.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARÁ: **Pará Investimentos 2012 = 2016**. Belém: FIEPA, 2012.

FREIRE, P. **Pedagogia dos sonhos possíveis**. In: FREIRE, A. M. (org.). São Paulo: UNESP, 2001.

Thomas A. Mitschein. Gilberto Rocha, Claudionor Dias: **Territórios Indígenas e Serviços Ambientais na Amazônia. O Futuro Ameaçado do Povo Tembé no Alto Rio Guamá (PA)**, NUMA/UFPA, Belém 2012.

MITSCHEIN, T. A; LIMA, A.P; IMBIRIBA, N. **A reinvenção da Amazônia. Divisor de águas para o futuro do Brasil e de seus vizinhos sul-americanos**. Belém: Publicações Trópico em Movimento, IEMCI/UFPA, 2016.

MITSCHEIN, T. A. (org.). **Reflexões Amazônicas – Encarando o mundo globalizado a partir da maior floresta tropical do planeta**. Belém: Publicações Trópico em Movimento, IEMCI/UFPA, 2017.

MITSCHEIN, T. A; J. F. CHAVES. **Violência na Metropolitana de Belém – Caminhos de Saída...** Belém: Publicações Trópico em Movimento, IEMCI/UFPA, 2019.

NOBRE, A. **O pô de fadas na Amazônia**. In: El País, 23.8. 2014.

NOBRE, C. **“A Amazônia já tem todas as condições de gerar uma massiva epidemia”**. In: Amazônia – Notícias e Informações, 25. 8. 2020

SACHS, I. **Rumo à ECOSOCIOECONOMIA. Teoria e prática do desenvolvimento**. São Paulo: Cortez Editora, 2006.